

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECAD

III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e

Cidadania, com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos - EJA / 2014-2015

LUKAS THIAGO CARDOSO RICARDO DA COSTA E SILVA CAMILO ALVES SUELI MAMEDE LOBO VENILTON LOURENÇO LISBÔA BATISTA

A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECAD III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos - EJA / 2014-2015

A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO

LUKAS THIAGO CARDOSO
RICARDO DA COSTA E SILVA CAMILO ALVES
SUELI MAMEDE LOBO
VENILTON LOURENÇO LISBÔA BATISTA

ORIENTADORA: MARIA LUIZA PINHO PEREIRA

BRASILÍA, DF 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/MEC/SECAD

III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e

Cidadania, com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos - EJA / 2014-2015

LUKAS THIAGO CARDOSO
RICARDO DA COSTA E SILVA CAMILO ALVES
SUELI MAMEDE LOBO
VENILTON LOURENÇO LISBÔA BATISTA

A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade, Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Maria Luiza Pinho Pereira
Tutor Orientador: Silvia Helena da Silva
Avaliador (a) Externo: Cláudia Borges Costa

BRASÍLIA, DF 07/novembro/2015



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, por ter provido todo o necessário para a realização deste trabalho, nos sustentando, direção e proteção. À nossa tutora Professora Sílvia Helena pela dedicação e muitas contribuições que tanto nos enriqueceram. À Professora Maria Luíza pela orientação segura, dedicada e atenciosa que tantas e tantas aprendizagens nos proporcionaram. Ao Grupo 3.3 pelas aprendizagens compartilhadas durante os estudos nos módulos. À escola Joaquim Gilberto e Instituto Federal de Goiás - Luziânia onde se deu a coleta de dados, e aos alunos que compartilharam parte de suas trajetórias escolares.



RESUMO

Esta pesquisa sobre a articulação e integração do sistema de educação com foco na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT municipal e PROEJA federal, resultou em uma proposta de intervenção capaz de unir as instituições de ensino acerca da formação e encaminhamento para o mundo do trabalho no município de Luziânia-GO. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas na pesquisa de campo. Uma dificuldade apontada pela pesquisa realizada pelo grupo indica que o Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto (CEMEB) não mantém vínculo ou projetos com os ex-alunos. Não se sabe ao certo a continuidade no 2° segmento EJA e a inserção no mundo do trabalho. Porém, sabe-se, através dos educandos que, procuram a EJA para melhorar seu conhecimento no local de trabalho e relacionamento no próprio meio social em que vivem. Constatou-se no PROEJA que um número significativo de educandos, não tem conseguido elevar sua escolaridade e abandonam novamente seu percurso educacional. Não há uma integração do educando ao mundo do trabalho. A desconexão entre a EJA e o PROEJA no município resulta ou pode ser um fator de dificuldades nesse processo, já que não é possível identificar se o estudante que ingressa na alfabetização, no 1º e 2° segmento irá chegar até o PROEJA que finaliza o ciclo EJA com a formação no ensino médio, acrescida de curso técnico profissional. A integração das instituições de ensino que atuam com EJA, pode promover através de um planejamento participativo, a articulação entre todos os envolvidos no processo ensinoaprendizagem, buscando desenvolver e expandir as potencialidades do jovem e adulto trabalhador.

Palavras-chave: Articulação, Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This is research about to articulation and integration of education system with a center of attention on Adult Workers Education - Town EJAT and federal PROEJA resulted in a proposal for intervention capable of uniting educational institutions on training and referral to the world of work in municipality of Luziânia-GO. The instrument utilized for data collection was a questionnaire with open questions in field research. An difficulty apointed out by the survey conducted by the group indicates that the Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto (CEMEB) does not keeps bond or projects with alumni. No knows for certain continuity in the 2nd EJA segment and insertion in the word labor. But, it is known by the students that seek EJA to improve their knowledge in the workplace and relationships in their own social environment in which they live. It was found in PROEJA that a significant number of students, has been unable to raise their schooling and again abandon their educational journey. There is no integration of the student to the working world. The disconnect between the EJA and PROEJA in the municipality results or can be an impediment in the process, since it is not possible to identify whether the student who joins literacy in the 1st and 2nd segment will reach PROEJA that ends the EJA cycle training in high school, plus professional technical course. The integration of educational institutions working with adult education can promote through a participatory planning, coordination between everyone involved in the teaching-learning process, seeking to develop and expand the potential of young and adult worker.

Keywords: Articulation, Youth and Adult Education Workers, the World of Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Luziânia e seu território em localização estratégica. Fonte: IBGE	18
Figura 2 - Imagem da fábrica da Brasfrigo em Luziânia – GO. Fonte:	
http://www.imb.go.gov.br/pub/rank/2009/luziania.pdf	19
Figura 3 - Usina Corumbá 3 - Luziânia-GO. fonte:http://www.canalabertobrasil.com.br/wp	o-
content/uploads/2015/03/usina1.jpg	20
Figura 4 - ORGÃO SUPERIORES DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO. Fo	nte:
http://pt.slideshare.net/gerluce/quadro-conceito-da-administrao-escolar	21
Figura 5 - processo de elaboração do documento-base do PME. Fonte: MEC	24
Figura 6 – Na esquerda, fachada da escola CEMEB, à direita, Joaquim Gilberto	26
Figura 7 - Escolas de Aprendizes Artífices na cidade Goiás. Fonte: Acervo IFG	28
Figura 8 - fachada do IFG campus Luziânia e seus respectivos laboratórios e salas de au	ıla
	32
Figura 9 - Matriz 1 e 2 - Com Metas e Estratégias do plano municipal alinhadas ao PNE	е
ao PEE	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de funcionários do CEMEB Joaquim Gilberto	.25
Tabela 2 – Quadro de funcionários do IFG Luziânia	29
Tabela 3 – Classificação CBO dos discentes do PROEJA IFG Luziânia	.30
Tabela 4 – Perfil dos discentes que responderam questionário	38
Tabela 5 – Cronograma de Atividades do Projeto de Intervenção Local	.41

LISTA DE SIGLAS

CBO - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CEMEB - Centro de Ensino Municipal de Educação Básica

EJA - Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores

EJAT - Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

IFG - Instituto Federal de Goiás

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PROEJA- Programa de Educação de Jovens e Adultos

PME - Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S)	13
1.1 Nomes:	13
1.2 Turma:	13
1.3 Informações para Contato:	
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	13
2.1 Título:	13
2.2 Áreas de Abrangência	13
2.3 Instituições	13
2.4 Público ao Qual se Destina:	13
2.5 Períodos De Execução	14
3. AMBIENTE INSTITUCIONAL	14
3.1 Aspectos Históricos Da Cidade De Luziânia	
3.1.1 DESCOBERTAS DE OURO DAS MINAS DE SANTA LUZIÂ	15
3.1.2 EXPANSAO REGIONAL DE SANTA LUZIA	16
3.1.3 POLÍTICA DA CIDADE DE LUZIÂNIA	
3.1.4 POPULAÇÃO DA CIDADE DE LUZIÂNIA	
3.1.5 ECONOMIA DA CIDADE DE LUZIÂNIA	19
3.1.6 EMPREGOS E TRABALHADORES DA CIDADE DE LUZIÂNIA	
3.1.7 EDUCAÇÃO DA CIDADE DE LUZIÂNIA	
3.2 Sistema de Educação de Luziânia	21
3.2.1 FUNÇÃO E ATRIBUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	22
3.3 A Formulação do Plano Municipal de Educação 2015/2025	23
3.4 O Ambiente Institucional do Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilb (Cemeb)	
3.5 Ambiente Institucional do Instituto Federal de Goiás Campus Luziânia	28
4. JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO	34
5. OBJETIVO GERAL	40
5.1 Objetivos Específicos	40
6. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES	41
7. CRONOGRAMA	45
8. PARCEIROS	45
9. ORÇAMENTO	46
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	46
REFERÊNCIAS	48

APÊNDICES	50
Apêndice A - Roteiro de entrevista	50
Apêndice B - Estrutura das Entrevistas	51
Apêndice C - Pesquisa de Campo	52
ANEXOS	59
Anexo A - Projeto Político Pedagógico do CEMEB Joaquim Gilberto	59

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S)

Os autores são: Professor universitário na Universidade Estadual de Goiás campus de Luziânia, Professor de Informática da Secretaria de Educação do Distrito Federal, presidente do Conselho Municipal de Educação de Luziânia e professor de turma de EJA da Secretaria Municipal de Educação de Luziânia, respectivamente.

1.1 Nomes:

Lukas Thiago Cardoso Ricardo da Costa e Silva Camilo Alves Sueli Mamede Lobo Venilton Lourenço Lisbôa Batista

1.2 Turma:

Grupo3. 3 - Lukas, Ricardo, Sueli e Venilton

1.3 Informações para Contato:

prof.lukas.cardoso@hotmail.com / (61) 9878-0903 ricardo.camilo@gmail.com / (61) 8433-2061 suelimamed@gmail.com / (61) 9656-9698 venilton49batista@gmail.com / (61) 8593-9904

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título:

A articulação do sistema de educação para a efetivação da educação profissional de jovens e adultos trabalhadores no município de Luziânia-GO.

2.2 Áreas de Abrangência

Esfera Municipal.

2.3 Instituições

- Centro de Ensino Municipal de Educação Básica (CEMEB) Joaquim Gilberto (Rede Municipal)
- Instituto Federal de Goiás campus Luziânia (Rede Federal)

2.4 Público ao Qual se Destina:

• Alunos EJA do 1° segmento (1° ao 5° ano) do ensino fundamental;

 Alunos EJA do 3° segmento do ensino médio integrado com curso técnico em manutenção de computadores.

2.5 Períodos De Execução

• Início: outubro de 2014

Término: outubro de 2016

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

3.1 Aspectos Históricos Da Cidade De Luziânia

Os registros históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1958), relatam a história da cidade de Luziânia iniciada pelas ações do paulistano Antônio Bueno de Azevedo, como a primeira exploração do território que constitui hoje o município de Luziânia.

Foi em agosto de 1746 que se formou uma grande expedição com o objetivo de abrir um caminho de Minas Gerais para Goiás, trazendo Bueno e seus homens ao local onde surgiria Santa Luzia. Com muitos escravos e companheiros, Antônio Bueno de Azevedo partiu de Paracatu — capitania de Minas Gerais — rumo ao Nordeste, até alcançar as margens de um rio ao qual denominou São Bartolomeu, em homenagem ao santo do dia.

Como avançasse por uma região muito pouco conhecida e totalmente erma (somente conhecida por tribos de índios Caiapós, que segundo o bandeirante se mantiveram a distância da caravana), resolveu fazer uma parada depois do rio para plantar roças de milho e arroz. Essa era uma prática comum entre os bandeirantes, garantindo alimento para o avanço da caravana e amparo, caso a volta fosse uma fuga ou um desastre.

Como o governador da capitania de Minas Gerais pretendia estabelecer ligações com as novas regiões, Antônio Bueno de Azevedo fundou, então, uma fazenda agrícola para gerar meios de subsistência na empreita, e que posteriormente, poderia servir de recurso para os viajantes de estrada.

Antônio Bueno de Azevedo seguiu viagem rumo ao Oeste, fixando seu arranchamento no local que denominou Arraial de Santa Luzia, em 13 de dezembro de 1746. Conta à tradição que, tendo mandado lavar um pouco de areia do riacho,

tamanha foi à quantidade de ouro encontrado que ele e seus companheiros não conseguiam acreditar no que viam. Mandou repetir a operação de lavagem de areia e a bateia trouxe mais granitos e palhetas de ouro. Ajoelhando-se, agradeceu a Deus e invocou Santa Luzia, dedicando a ela a povoação que ali começava a se formar sob os auspícios de seu nome. No dia seguinte, ergueu uma cruz e fez uma procissão. Com essa marca de devoção podia realizar a ocupação.

Em pouco tempo a localidade contava com cerca de dez mil pessoas, incluindo os escravos. Em um ano, a região tornou-se uma vasta lavra, compreendendo da cabeceira do Rio Vermelho até a foz do São Bartolomeu e da cabeceira do Palmital até a foz do Rio Corumbá.

Em 25 de março de 1747, tendo como oficiante o padre Luiz da Gama Mendonça, foi celebrada a primeira missa, assistida por mais de seis mil pessoas. Tal missa foi realizada em um pavilhão armado junto à cruz erigida por Bueno.

3.1.1 DESCOBERTAS DE OURO DAS MINAS DE SANTA LUZIÂ

A notícia da descoberta do ouro nessa região logo chegou a Meia Ponte. O coronel Fernando Bicudo de Andrade, então superintendente e guarda – mor das minas de Meia Ponte, organizou rapidamente uma expedição ao arraial de Santa Luzia, com o propósito de anexar as novas minas à Meia Ponte, estendendo assim seus domínios. Mas Bueno já havia apresentado seus pleitos junto ao capitãogeneral D. Luiz de Mascarenhas, conseguindo garantir para ele mesmo as funções e os cargos de superintendente e guarda – mor das minas de Santa Luzia. Isso, de imediato, frustrou as intenções de Bicudo.

São inegáveis as drásticas mudanças econômicas e demográficas por que passou o país desde 1950. Mas algumas coisas não mudaram tanto. Não mudaram a pobreza, a desigualdade e, até recentemente, o nível educacional. [...] A pobreza e a baixa escolaridade mantêm a dependência de grande parte do eleitorado. O clientelismo tem aí terreno fértil em que vicejar. (idem. 2001, p. 04).

Quando por volta 1755, que reza a tradição o mestre de campo Nerva era natural da Bahia, mas estudou na Europa, estava na região de Paracatu para

acompanhar os trabalhos da bandeira de Rodrigues Fróes, que planejava um rego de 12 léguas, desde o ribeirão do Galinheiro até dentro do arraial de Santana do Paracatu, com uma extensão de 72 quilômetros com objetivo de lavagem de ouro aos mineradores que tinham datas em suas imediações.

No ano de 1757, tão intenso era o trabalho de guarda – mor que o próprio capitão-general, D. Luiz Mascarenhas, decidiu dividir as minas de Santa Luzia em dois distritos, passando a nomear o segundo de Palmital, e designando como guarda – mor o capitão Manoel Ribeiro da Silva. No mesmo ano, o capitão José Pereira Lisboa teve conhecimento de que um caçador, ao abater um veado, encontrou palhetas de ouro no bucho do animal, numa região ao norte de Santa Luzia. Ele tratou, então, de pesquisar melhor o local. Tanto ouro foi encontrado que o ribeirão passou a ser denominado Descoberto, e o lugar do arranchamento do capitão Lisboa recebeu o nome de Montes Claros.

3.1.2 EXPANSAO REGIONAL DE SANTA LUZIA

A região do antigo arraial dos Montes Claros está hoje no território do município de Santo Antônio do Descoberto. Em abril de 1758, para explorar melhor as minas denominadas "Cruzeiro", foi iniciada a construção do famoso rego Saia Velha, com 42 km de extensão, que se tornou legendário na memória do povo luzianiense. Cavado por milhares de escravos, sua construção durou dois anos ininterruptos e, por ocasião de sua inauguração, terminou acontecendo grande motim no arraial.

A região de Santa Luzia, em 06 de dezembro de 1758, foi elevada à categoria de freguesia colada (isto é, sede de paróquia), sendo nomeado vigário o padre Domingos Ramos. Continuava a chegar gente de todas as partes, aumentando a população e produzindo a ocupação de todos os vales, rios, ribeirões e córregos.

A riqueza extraída do solo da região de Santa Luzia era, em grande parte, transferida para Portugal, através de pesados tributos e vigilância militar. Por outro lado, a parte que cabia aos exploradores era transferida para as cidades do litoral para pagamento de bens e serviços importados. Assim, pouco ficou em Santa Luzia, para atestar sua grandeza como um dos centros mais importantes de produção de ouro em Goiás.

Durante a época da mineração a notícia da descoberta de ouro em Santa Luzia ocasionou uma migração muito grande para a região, ocasião em que sua população chegou a 10.000 pessoas – segunda metade do século XVIII. Já perto de 1800, com o declínio da mineração, muitas famílias foram abandonando o arraial e se fixando na zona rural, passando a dedicar-se à lavoura e à criação de gado.

A população caiu, então, para a quarta parte da que existia no pico da mineração. Consta que Antônio Bueno de Azevedo morreu nesta cidade a 12 de maio de 1771, endividado – como quase todos os bandeirantes descobridores de ouro em Goiás.

O livro de Paulo Bertran (1994), História da terra e do homem o planalto central, retrata imagens e histórias do povo e das cidades do planalto central.

[...] E enquanto seu exército de escravos ia abrindo o rego, este já se ia pagando na lavragem de terrenos auríferos dos arredores [...] No entanto, os habitantes do arraial, não crendo que a água chegasse à localidade. Teria então mandado o mestre de campo plantar grande quantidade de cabaças e quando o serviço foi concluído, soltou as águas do rego pelas ruas de Paracatu e, junto, milhares de cabaças [...]. Paulo Bertran (1994, pg. 115)

Segundo BERTRAN (1994), Gelmires Reis registrou que o rego da Saia Velha serviu até o ano de 1800, quando se esgotou o ouro próximo, e como sua conservação – pela extensão de suas obras de arte – era sumamente dispendiosa, foi abandonado, sumindo aos poucos. Servira, todavia, trinta anos a fio.

3.1.3 POLÍTICA DA CIDADE DE LUZIÂNIA

Para Carvalho (2001) o clientelismo moderno é uma das heranças do coronelismo e prática comum no município de Luziânia.

A política na cidade é formada por famílias tradicionais que compõem uma elite, dentre elas, as mais conhecidas são: Roriz Melo, Braz de Queiroz e Meireles. Fato comum nas eleições municipais, onde os membros dessas famílias são importantes rever as histórias dessas famílias tradicionais no cenário político, as relações com grupos econômicos e o motivo de após tantos anos elas continuarem no cenário político da cidade, é uma grande lacuna, pouco se sabe sobre a trajetória dessas famílias, que conduzem da política local.

Joaquim Roriz (membro de uma dessas famílias e maior figura política da cidade) foi nomeado pelo presidente José Sarney para ser governador do Distrito Federal em 1988, ele levou para Brasília o estilo de fazer política de Luziânia, utilizando práticas como a doação de terras públicas. Esta e outras práticas políticas clientelistas (compra de votos e troca de favores a pessoas e grupos) são comuns em Luziânia e são utilizadas pelos "novos coronéis" para se elegerem ou manteremse no poder.

3.1.4 POPULAÇÃO DA CIDADE DE LUZIÂNIA

Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Luziânia com população de 174.531 habitantes, sendo aproximadamente 50% de homens e 50% de mulheres, e com estimativa para 2015 de 194.039 habitantes, com uma área territorial de 3.961,122 km². Localizado ao sul do Distrito Federal, na parte oeste do estado de Goiás. Fica a 212 km da capital Goiânia.

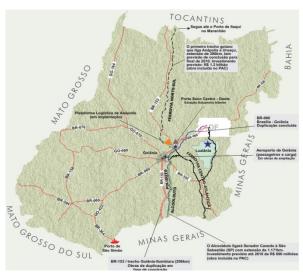


Figura 1 - Mapa de Luziânia e seu território em localização estratégica. Fonte: IBGE

Tem índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 (IDHM 2010) igual a 0,701 em uma escala que vai de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total) com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população, conforme relatório anual elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

órgão da ONU. Entre os residentes 106.219 se declararam católicos e 48.839 evangélicos.

3.1.5 ECONOMIA DA CIDADE DE LUZIÂNIA

Do ponto de vista econômico: 25.563 pessoas com ocupação profissional, nos domicílios rurais o rendimento mediano é de 411,67 reais e rendimento médio de 1.594,77 reais, já nos domicílios particulares o rendimento mediano é de 423,33 reais e rendimento médio de 2.060,59 reais.

Sua economia é bastante diversificada, referência em produção agrícola e pecuária. Segundo Instituto Mauro Borges (IMB), a região recebe forte influência da capital federal, tanto na oferta de serviços, como na produção de bens econômicos. Grandes empreendimentos agroindustriais estão instalados chegando a gerar mais de 10 mil empregos diretos em Luziânia, como a Bunge Alimentos, Multigran e Brasfrigo, compradoras de grãos da região.



Figura 2 - Imagem da fábrica da Brasfrigo em Luziânia – GO. Fonte: http://www.imb.go.gov.br/pub/rank/2009/luziania.pdf

Estão instaladas na cidade também a Minuano e Goiás-Verde. Em 2009, Luziânia foi o município que mais exportou totalizando US\$ 363,07 milhões, principalmente soja, milho, conservas alimentícias e algodão. Foram enviados produtos para a China, Holanda, Espanha e Tailândia, entre outros países.

3.1.6 EMPREGOS E TRABALHADORES DA CIDADE DE LUZIÂNIA

No âmbito do emprego, o IMB aponta a oferta de vagas de trabalho nos setores da construção civil e do agronegócio. O crescimento econômico da cidade, devido ao sucesso das exportações e o custo de imóveis mais barato que os de Brasília, estimularam a criação de oportunidades no mercado de trabalho local.



Figura 3 - Usina Corumbá 3 – Luziânia-GO. fonte:http://www.canalabertobrasil.com.br/wp-content/uploads/2015/03/usina1.jpg

Segundo o Sistema Nacional de Empregos (Sine) de Luziânia as vagas de emprego em 2009 cresceram em 130%. Destaque também para a instalação de duas hidrelétricas Corumbá III e Corumbá IV de 2004 para 2008 o ICMS mais que dobrou, assim como o ISS.

3.1.7 EDUCAÇÃO DA CIDADE DE LUZIÂNIA

Outros dados interessantes do IBGE tratam sobre educação: são 33.491 matrículas no Ensino fundamental no ano 2012, 8.510 matrículas no Ensino médio no ano 2012, existem cerca de 143.583 pessoas alfabetizadas e 56.035 pessoas que frequentava creche ou escola.

A Secretaria Municipal de Luziânia dispõe de 63 escolas¹ municipais, havendo nenhuma uma escola dedicada exclusivamente à Educação de Jovens e Adultos. Já na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás temos cerca de 33 escolas². Sendo diversas escolas sem estrutura própria, utilizando do prédio e demais instalações das escolas municipais de Luziânia. Escola Federal que oferta

² Conforme site da SEDUC, filtrando pela subscretaria SRE-Luziânia http://seduc.go.gov.br/escolas/

¹ Conforme site da Secretaria Municipal de Educação: http://www.luziania.go.gov.br/index.php/escolas-municipais.html

Educação de Jovens e Adultos, existe apenas o Instituto Federal de Goiás *campus* Luziânia.

3.2 Sistema de Educação de Luziânia

O Sistema de Ensino de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no município de Luziânia oferta vagas entre: escolas municipais ofertando vagas EJA em alfabetização e de nível fundamental fase I do 1° ao 5° ano, escolas estaduais EJA de nível fundamental fase I do 6° ao 9° ano e EJA de nível médio, escola federal EJA de nível médio profissionalizante.

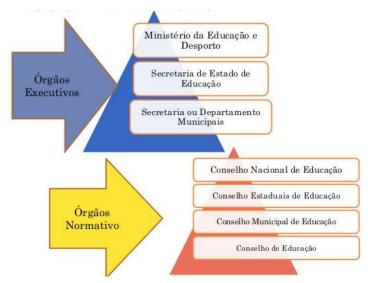


Figura 4 - ORGÃO SUPERIORES DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO. Fonte: http://pt.slideshare.net/gerluce/quadro-conceito-da-administrao-escolar

O município também dispõe do órgão normativo Conselho Municipal de Educação de Luziânia (CMEL), instituído pela Lei N°. 2846 de 03 de junho de 2005, observado o disposto na Lei Federal N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é o órgão superior de consulta e de deliberação coletiva, com autonomia política e administrativa, incumbido de normatizar, orientar, inspecionar e acompanhar o Sistema Municipal de Educação. Além de outras competências que lhe são atribuídas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabem ao Conselho três conjuntos de ações, que são: Baixar normas, deliberações e emissão de pareceres.

Segundo o CME, no âmbito das normas, cabe regulamentar: A organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino; Organização administrativa,

pedagógica e disciplinar das instituições educacionais; Orientação técnica, de inspeção e acompanhamento das instituições de ensino Fundamental e da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino; O credenciamento autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de instituições educacionais; Atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais; A educação de jovens e adultos.

3.2.1 FUNÇÃO E ATRIBUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O CMEL pode deliberar sobre: Matérias relativas à organização, ao credenciamento e à autorização, ao reconhecimento de curso ou nível de ensino e à renovação de reconhecimento das instituições educacionais; Projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas elaborados por instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino; Mudanças de entidade mantenedora, de denominação e/ou de endereço de instituições sob sua jurisdição; Regulamentos e orientações do ensino nos termos da legislação vigente; Bases curriculares.

Também trabalha com a emissão de parecer sobre: Credenciamento, fechamento, autorização, reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos das instituições de ensino; Políticas de convênio, Aplicação da legislação educacional no Sistema Municipal de Educação; Acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação; Acompanhar e fiscalizar a aplicação da Política Educacional no Município; Assessorar em matéria educacional a Secretaria Municipal de Educação; Manter intercâmbio com o Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e demais Conselhos Municipais;

O CMEL promove encontros, conferências, simpósios e reuniões sobre a educação no Município; Promover a divulgação de estudos sobre a educação no Município; Acompanhar, na Câmara Municipal de Luziânia, a tramitação de projetos que versem sobre as políticas educacionais relativas ao Sistema Municipal de Ensino; Elaborar proposta de alteração do seu Regimento, quando entender necessário, a ser submetida à apreciação do Chefe do Poder Executivo; Encaminhar ao titular da Pasta da Educação para conhecimento as decisões do Conselho; Acompanhar e fiscalizar a aplicação mínima das receitas resultantes de impostos legalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino no Município.

A quantidade de membros do Conselho Municipal de Educação é constituída por 11(onze) pessoas nomeadas pelo (a) Prefeito (a) Municipal, respeitando-se a seguinte composição: 02 (dois) membros escolhidos pelo (a) Chefe do Poder Executivo Municipal02 (dois) membros escolhidos entre os Profissionais da Educação Pública do Município de Luziânia, sendo 01 (um) representante da Educação Infantil e 01 (um) representante do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com mais de três anos de efetivo exercício; 01 (um) membro escolhido pelas Escolas Particulares que ofertam Educação Infantil no Município de Luziânia; 01 (um) membro que exerce a função de diretor nas escolas públicas do Município de Luziânia, indicado por seus pares; 02 (dois) membros escolhidos entre os pais de alunos de escolas públicas do município de Luziânia; 01 (um) membro escolhido entre os profissionais administrativos da Educação Pública do Município de Luziânia; 02 (dois) membros indicados pelas universidades ou institutos superiores com unidade/sede no município.

Dessa forma, desde o ano de 2005 com a criação do Conselho Municipal de Educação foi instituído o Sistema Municipal de Educação para auxiliar na articulação da Educação do município de Luziânia.

3.3 A Formulação do Plano Municipal de Educação 2015/2025

Em janeiro de 2014 foi realizada a primeira reunião para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Luziânia. Foi encaminhado um ofício convidando toda a sociedade civil para um planejamento conjunto na elaboração de um Plano Municipal de Educação. A reunião aconteceu no auditório da Secretaria Municipal de Educação. Foi decidido que seria feito uma consulta pública on-line solicitando de toda sociedade sugestões de ações para o Plano Municipal de Educação. Após a consulta pública, em 2015 foi realizado a audiência pública. Em junho de 2015 foi aprovado na Câmara Municipal de Luziânia o Plano Municipal de Educação, Lei 3789/2015 de 23 de junho de 2015.

As metas e estratégias elaboradas pela Comissão que se dedicou durante todo o ano de 2014 e até junho de 2015 em sua elaboração, cuja culminância se deu com a realização de um Fórum que contou com a presença de mais de 200

educadores/as das mais diversas áreas. Tendo o PNE como parâmetro, este PME realinhou as metas e estratégias conforme realidade da região.

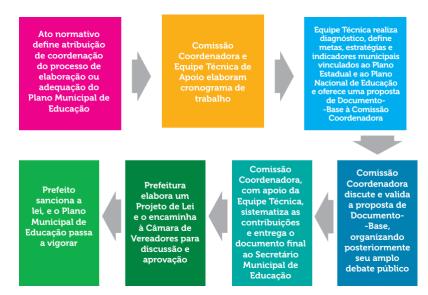


Figura 5 - processo de elaboração do documento-base do PME. Fonte: MEC

Na elaboração das metas e estratégias, do Plano Municipal de Educação, a comissão fez um diagnóstico da atual realidade educacional. A região conta com uma grande presença educacional, seja ela do ensino público, seja do ensino privado.

Tratando-se de ensino público, há mais de 60 Unidades Escolares da Rede Municipal, que abrange a Educação Infantil com 4.627 alunos e Ensino Fundamental Icom 16.965 (até o 5º. Ano) alunos e 376 da Educação de Jovens e Adultos- EJA, somando cerca de 22 mil alunos.

A Rede Estadual contém 33 Unidades Escolares no Município, sendo algumas destas Unidades, em prédio de uso comum atendendo 12.164 alunos no Ensino Fundamental II (do 6º. ao 9º. Ano), 7.220 nível médio e 1.275 na EJA, totalizando quase 21 mil alunos. Não tendo, também, segundo o diretor da Escola Estadual Sandra Meireles, Cuja Unidade funciona nas instalações do CEMEB - Joaquim Gilberto (tarde e noite), acompanhamento de seus alunos após conclusão do 2º e 3º segmento do ensino de EJA, nem perspectiva de trazer ensino profissionalizante para a Escola.

Uma unidade da Universidade Estadual de Goiás, dois cursos superiores com média de 327 alunos, e também outra do Instituto Federal de Goiás. A UEG veio para o Município no ano de 2.000 em prédio emprestado e atualmente funciona em prédio próprio com um centro de línguas e faz parceria com a Prefeitura Local, para o funcionamento de uma escola da rede municipal e um cursinho de pré-vestibular.

Segue abaixo a meta referente à Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, conforme o Plano Municipal de Educação de Luziânia:

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas nas unidades escolares que ofertam a modalidade de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (PME Luziânia, 2014)

Está disposto no PME de Luziânia que para atingir essa meta 10, foi elaborado algumas estratégias, sendo as principais:

- 10.1 Manter programa nacional e municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- 10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.3 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- 10.4 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

Sendo assim, a integração entre o Conselho Municipal de Educação e as Instituições de Ensino que ofertam a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores é de suma importância para a efetivação dessa modalidade, possibilitando um planejamento com qualidade e uma sinergia entre as escolas.

3.4 O Ambiente Institucional do Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto (Cemeb)

O nome da escola CEMEB Joaquim Gilberto vem do escritor e intelectual, nascido no município em 1905, e que faleceu em 1985. Segundo JACINTO (2010), ele deixou escritos que constroem a narrativa histórica de Santa Luzia, atual Luziânia e, ao mesmo tempo, são personagens relembrados por outros autores.



Figura 6 - Na esquerda, fachada da escola CEMEB, à direita, Joaquim Gilberto

Em uma publicação de 1973, cujo texto faz parte das homenagens prestadas durante o cinquentenário de falecimento de Evangelino Meireles, que, em 1910, publicou o primeiro número do jornal O Planalto. O fragmento expressa a centralidade do município:

Constantemente, Luziânia é citada como centro de tradições. Formou-se aqui, como em Vila-Boa, Jaraguá e Pirenópolis, pontos de ressonância de fatos nacionais. Do tropel das Bandeiras, da atividade do garimpo, do lamento dos escravos e da nostalgia de grupos consideráveis desgarrados de velhos troncos de nobreza empobrecida, vindos da metrópole luza, estratificou-se, aqui, uma cultura especial e singular, com projeção distante e interiorana da própria cultura nacional. Por isso, podemos afirmar que a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas (GILBERTO, 1973, p. 37 – grifos meus)

O público-alvo do Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto (CEMEB) são os alunos entre a faixa etária de 24 a 66 anos (EJA), e a grande

maioria, trabalha fora da sua cidade. Dessa forma, a escola citada tem como características de seus estudantes de EJA, trabalhadores que buscam o desenvolvimento social através, principalmente, da aquisição dos códigos de escrita e a maior inserção social por meio da escolarização, de acordo com relatos de alguns docentes através de questionário conforme Apêndice C, posto que muitos deles sejam discriminados em diversas situações cotidianas, por não terem o domínio dos usos da linguagem escrita.

Conforme o Projeto Político Pedagógico de 2014, ver Anexo A, a escola está situada em uma região considerada uma área de alto risco do município, o que nos leva a entender essa comunidade escolar, como fruto de violência, como nos trazem em seus cotidianos relatos de vários tipos de violência, em especial violência domésticas e relativas ao tráfico de drogas. Assim, a escola traz uma proposta de integração com a comunidade, por meio de projetos como: Maria da Penha, apresentação de vídeos contextualizados sobre violência doméstica, *bullying*. Tais atividades buscam despertar a população para o respeito ao próximo tendo como foco auxiliar na redução dos casos de violência.

No Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto (CEMEB) tem a composição de servidores. Sua equipe Gestora é composta por uma diretora, que foi indicada pelo prefeito e tomou posse em 2013. Uma Secretária, duas supervisoras e pela Coordenadora do Programa Mais Educação. Mais os professores efetivos e contratos: 35, além da equipe de Agente, Assistentes e auxiliares da Educação.

Tabela 1 – Quadro de funcionários do CEMEB Joaquim Gilberto

Equipe de Agente, Assistentes e auxiliares da Educação	Docentes	TOTAL
20	35	55 Servidores

fonte: PPP 2014 CEMEB Joaquim Gilberto

Percebe-se, por meio de pesquisa, ver Apêndice B, realizada em sala de aula, no primeiro semestre letivo, que a maior parte dos educandos trabalha, principalmente nas áreas da construção civil e no trabalho doméstico. Os Educandos da EJA da escola em questão têm por local de trabalho o Distrito Federal e o próprio município de Luziânia, o que torna seu dia-a-dia exaustivo e carregado de atividades extra-serviço, como a utilização do transporte coletivo e o enfrentamento de congestionamentos frequentes.

3.5 Ambiente Institucional do Instituto Federal de Goiás Campus Luziânia

O Instituto Federal de Goiás (IFG), *campus* Luziânia, está localizado na Rua São Bartolomeu, S/N - Vila Esperança, Luziânia - GO, 72811-580. Telefone:(61) 3622-9700. Criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, possui natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparado às universidades federais. Segundo a respectiva lei, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Inserir referência histórica relacionar cursos e mundo do trabalho, baseado na formação profissional.



Figura 7 - Escolas de Aprendizes Artífices na cidade Goiás. Fonte: Acervo IFG

A história do IFG possui uma longa trajetória, com origem no início do século passado, no dia 23 de setembro de 1909, quando, por meio do Decreto n.º 7.566, o então presidente Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, mantendo por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, destinada ao ensino profissional primário gratuito, e prover aos desfavorecidos de fortuna com mínimo preparo técnico. Essas escolas eram custeadas pela União, para formar

operários e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um oficio. O fato curioso do decreto são os requisitos de admissão dos alunos:

Art. 6º. Serão admitidos os indivíduos que o requererem dentro do prazo marcado para a matrícula e que possuírem as seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: a) idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo; b) não sofrer o candidato moléstia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do oficio. § 1º. A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou atestado passador por autoridade competente. § 2º. A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por atestação de pessoas idôneas, a juízo do diretor, que poderá dispensá-la quando conhecer pessoalmente as condições de requerente a matricula. (Brasil, Decreto nº 7566/1909)

O decreto nº 7566/1909, em seu artigo 8º trata sobre a obrigatoriedade do primário (atual 1º ao 4º ano do ensino fundamental) para os alunos que não sabiam: ler, escrever e contar. Além do desenho também como obrigação para as disciplinas que carecem para o aprendizado do ofício. Os produtos dos artefatos que saírem das oficinas constituíam renda para a escola, e era revertida em investimento para a compra de novos materiais necessários para os trabalhos das oficinas.

Nessas escolas, a renda era repartida em 15 quotas iguais, um para o diretor, quatro para o mestre e 10 para distribuir entre os alunos da oficina. Anualmente era realizada exposição dos artefatos da oficina da escola para julgamento do grau dos alunos e distribuição de prêmios. A avaliação era do diretor, mestre e inspetor agrícola do distrito, sendo esse último também responsável pela fiscalização das escolas. O funcionamento era em regime de externato das 10 da manhã até as quatro da tarde. Os programas dos cursos podiam ser reformulados pelo diretor e submetido à aprovação do ministro.

Em Goiás, a Escola foi criada na antiga capital do Estado, Vila Boa, atualmente cidade de Goiás. Na época, o objetivo era capacitar os alunos em cursos e oficinas de forjas e serralheria, sapataria, alfaiataria, marcenaria e empalhação, selaria e correaria. A relação entre educação profissional e necessidade de capital, fato não questionado como trabalho infantil.

Em meados dos anos 30 a indústria como solução de todos os problemas econômicos do país. Esse período reflete fatos marcantes no mundo, cerca de 5 milhões de desempregados nos Estados Unidos (EUA) acarretou na quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. O papa pio 11 condena controle de

natalidade e o divórcio. Em 1931 conflito violento entre empresas mineradoras e mineiras, motivados por salários, na região das minas de carvão no estado Kentucky no EUA. Em 1935 os EUA aprovação da lei nacional de relações e direitos trabalhistas, ano da grande invenção tecnológica o plástico. A Constituição Federal do Brasil de 1937 prevê como dever do estado oferta ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas. No fim dos anos 30 começa a segunda guerra mundial terminando apenas em 1945.

Em 1942, com a mudança da capital do Estado para Goiânia, a escola foi transferida e recebeu a nova denominação de Escola Técnica de Goiânia, consolidando-se como centro de excelência no ensino técnico profissionalizante. O ensino técnico tenta aproximação com o ensino superior. Nessa época: o Brasil declara guerra aos países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão, também são criados o SENAI para garantir o preparo do trabalhador na indústria e comércio. Surge o método Taylorista que adotava atividades simples e repetitivas com a divisão do trabalho onde o operário trabalha no menor tempo possível e somente o gerente tem conhecimento do resultado final.

Em 1943 o presidente Getúlio Vargas anuncia, no dia 1º de maio, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1946, a IBM lança uma avançada máquina de calcular, chamada de Eniac (Computador e Integrador Numérico Eletrônico). Em 1948 a ONU (Organização das Nações Unidas) aprova a Declaração dos Direitos Humanos, documento que define as liberdades fundamentais.

Segundo o site oficial do IFG, em 1959 a Escola Técnica de Goiânia foi transformada em autarquia do Governo Federal, passando à denominação de Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) ³. Nessa época, já existe televisão a cores, jatos comerciais, Fidel Castro assume o governo de Cuba, o presidente do Brasil Juscelino Kubitschek planeja a transferência da capital para o planalto central inaugurando Brasília em 21 de abril de 1960. É quando a ETFG estava organizada em quatro modalidades de ensino técnico: o Ginásio Industrial; o Colégio Técnico Industrial; a Aprendizagem Industrial; e os cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial.

As escolas técnicas federais têm mais autonomia didática, na gestão, aumento de formandos e melhora qualidade dos cursos. Surgi uma contradição entre público-

-

³ fonte: http://www.goiania.ifgoias.edu.br/index.php/historia-do-campus-goiania

alvo e público atingindo com processos seletivos mais competitivos e devido à valorização social do curso técnico. Em 1964 o presidente do Brasil, João Goulart, é deposto por um golpe militar. O marechal Castelo Branco, assume a presidência e é divulgada uma lista de cassação de direitos políticos composta por 72 nomes, entre os quais parlamentares e oficiais do Exército leais ao ex-presidente João Goulart, exilado do país. Em 1966 no Brasil cria fundo para trabalhador. É regulamentado, em 20 de dezembro, pelo presidente do Brasil, marechal Castelo Branco, a aplicação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Em 1967 é instituída nova constituição federal do Brasil, substituindo a de 1946. Em 1969 o homem chega à lua.

Os CEFET´s⁴ foram criados em junho de 1978 para substituir algumas das Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais existentes no Brasil, com a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ou seja, sendo transformados em autarquias federais. Surge curso de engenharia de operação e tecnólogos, sendo uma educação como fator de superação dos problemas econômicos do país. Com os objetivos de formar profissionais de visão global do trabalho que desempenham.

Com as mudanças ocorridas no cenário educacional, em 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a atuar também no ensino superior.

Em 2006, por meio do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criada a Unidade de Ensino Descentralizada de Inhumas, hoje *campus* Inhumas. A continuidade desse projeto resultou na implantação de novos *campi* Itumbiara e Uruaçu em 2008, além de Anápolis, Formosa e Luziânia em 2010.

_

 $^{^{\}rm 4}$ criado pela lei nº 6545/1978 fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm



Figura 8 - fachada do IFG campus Luziânia e seus respectivos laboratórios e salas de aula

A escolha das cidades aconteceu através do relatório consolidado de estudos e pesquisas com subsídios para a implantação dos campi de Uruaçu, Itumbiara, Luziânia, Formosa, Anápolis e da extensão do *campus* Goiânia em aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás, elaborado pelo Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Região Centro-Oeste. Com diversos gráficos e informações já relatadas acima no item 3.1, cujos fatores econômicos e proximidade com Brasília, necessitavam de ofertas de formação profissional para empregos dos Setores: Primário, Secundário e Terciário.

Tabela 2 – Quadro de funcionários do IFG Luziânia

Equipe de Agente, Assistentes e auxiliares da Educação	Docentes	TOTAL
955	1.369	2.350 Servidores
39	70	109 servidores

fonte: segundo sistema SUAP de informações administrativa, consultado em jul/2015.

O IFG campus Luziânia, apresenta um público-alvo do último segmento de ensino médio Educação de Jovens e Adultos. A maioria reside em Luziânia e apresenta 22 anos a 44 anos. A profissão de vendedor é predominante, mas trazem também atividades como porteiro, serviços gerais e serviços domésticos. Dados confirmados conforme tabela abaixo, que traz levantamento realizado pelo grupo no 1º semestre de 2015.

O Instituto Federal de Goiás, Campus Luziânia tem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didáticopedagógica, no entanto, subordinada a Reitoria do IFG. A sua organização local no campus Luziânia é definida por: Gabinete: Coordenação de Comunicação e Evento, Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Registro Acadêmico, Biblioteca, Coordenação de RH e Coordenação de TI; Coordenação de Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA): Colegiado DAA, Conselho Departamental e Conselho de Representantes de Turmas; Coordenação Acadêmica, Coordenação de Apoio Administrativo ao Departamento; Coordenação de Apoio Pedagógico aos discentes e Coordenação de Cursos de Áreas. Departamento de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão: Coordenação de Estágio e Coordenação de Assistência Estudantil. Diretoria de Administração do campus: Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira, Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio; e Coordenação de Apoio Administrativo e Manutenção.

3 – Classificação CBO dos discentes do PROEJA IFG Luziânia

N° DE ALUNOS	IDADE	ESTUDA	TRABALHA	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO)	Local/UF
2	22 anos	2	-	-	Luziânia-GO
2	23 anos	1	1	3132-20 Técnico em manutenção de equipamentos de informática	Luziânia-GO
1	24 anos	1	-	-	Luziânia-GO
1	25 anos	-	1	5241-05 Vendedora em domicílio	Luziânia-GO
4	26 anos	3	1	5241-05 Vendedora autônoma	Luziânia-GO
2	27 anos	1	1	5211-10 Vendedor de comércio varejista	Luziânia-GO
1	30 anos	-	1	5174-10 Porteiro	Luziânia-GO
2	31 anos	2	-	-	Luziânia-GO
2	32 anos	2	-	-	Luziânia-GO
3	33 anos	1	2	5241-05 Vendedora autônoma e 5211- 10 Vendedor de comércio varejista	Luziânia-GO e Novo Gama-GO
1	35 anos	1	-	-	Luziânia-GO
1	44 anos	-	1	5143-20 Auxiliar de limpeza	Luziânia-GO

fonte: Grupo 3.3 Lukas, Sueli, Ricardo e Venilton, entrevista com os aluno realizado 1ºsem/2015

4. JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO

Uma dificuldade apontada pela pesquisa realizada pelo grupo indica que o CEMEB não mantém vínculo ou projetos com os ex-alunos. Não se sabe ao certo a continuidade no 2° segmento EJA e a inserção no mundo do trabalho. Porém, sabese, através dos educandos que, procuram a EJA para melhorar seu conhecimento no local de trabalho e relacionamento no próprio meio social em que vive. A desconexão entre a divisão do ensino EJA entre município, estado e união apresenta um "gargalo social", já que não é possível identificar se o estudante que ingressa na alfabetização, no 1º e 2° segmento irá chegar até o 3º terceiro e último segmento EJA ou no PROEJA que tem formação no ensino médio, acrescida de curso técnico profissional, finalizando todo o ciclo EJA.

O problema se agrava no PROEJA, durante consulta ao sistema de matrículas da escola, o registro acadêmico informou que eram ofertados 30 vagas entre o segundo semestre de 2010 ao primeiro semestre de 2013. Multiplicando a quantidade de vagas por semestre, totalizou cerca de 180 vagas ofertadas durante esse período, sendo que, até o presente momento, apenas, 6 alunos conseguiram concluir o curso completo do PROEJA técnico integrado em manutenção de computadores, no IFG *campus* Luziânia. Outro fato é quando não se conhece seu público-alvo e também ao perder o vínculo com os egressos.

A carência de mecanismos que registrem a identificação do público-alvo, a continuidade dos estudos, e principalmente a inserção e manutenção no mundo do trabalho, sugerem uma intervenção local nas duas instituições de ensino apresentadas nessa pesquisa. Dessa forma, a justificativa de realizar esse trabalho foi de aproximar as Instituições de ensino e o conteúdo ministrado a realidade do aluno de cada instituição escolar, para que a partir de então ocorra à transformação biopsicossocial e profissional. Sendo assim, quem são os educandos da EJA e PROEJA, que saberes trazem, como eles aprendem, quais seus desejos, expectativas e necessidades de aprendizagem? Segundo Freire "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, São Paulo: Paz e Terra. Pg: 25).

As diferenças de classes são refletidas também na cidade de Luziânia, cuja realidade de trabalhadores que depende de formação para garantir um emprego, essa crítica social e política educacional foram retratadas por TORRIGLIA e COSTA (2014), durante colóquio apresentado na Argentina, em 2014, trouxe um diálogo envolvendo vários autores como: Saviani (2002), que define o trabalho como princípio educativo, é compreendido como uma proposta educacional que se estrutura a partir da questão do trabalho. Garcia e Lima Filho (2004) são um "[...] processo de qualificação para o trabalho, mediante a apropriação e construção de saberes e conhecimentos, de ciência e cultura, de técnicas e tecnologia", que remete à proposta do PROEJA.

Diante de uma problemática não declarada pelas respectivas instituições de ensino, percebe-se a necessidade de intervenção capaz de tornar possível o conhecimento do público-alvo a ser atendido e reformular um currículo adequado e inclusivo capaz de garantir o acesso ao mundo do trabalho e não apenas na formação. Sobre essa visão, Marx concebe:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção (Marx, 1985: 142).

Na correlação de forças entre as políticas sociais hegemônicas e os projetos dos sujeitos que fazem a educação escolar, as premissas de educar para o trabalho e educar para a cidadania modificam e materializam as diferentes formas para socializar o capital social, cultural e escolar às crianças, jovens e adultos, tendo em vista a manutenção ou a modificação das práticas sociais (Frigotto, 2002).

Haja vista que, há por parte dos educandos o desejo de poder inserir-se no mundo do trabalho e de ter as mesmas oportunidades de uma pessoa instruída, em uma sociedade capitalista, aliada a vergonha de não saber ler e escrever, são motivos que levam os alunos a frequentarem turmas de alfabetização, 1° e 2° ciclos da Educação de Jovens e Adultos que complementam para formação equivalente ao

ensino fundamental. Segundo Gadotti e Romão (2003), pode-se classificar a educação em duas vertentes, educação formal, conhecimento adquiridos na escola; e o conhecimento informal, que está relacionado à construção por meio social, significa os hábitos estabelecidos, valores que são passados de geração em geração, aquisição de civilidade e inserção num meio social.

O bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo à custa de sua prática mesma que sua curiosidade como sua liberdade deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício (FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, São Paulo: Paz e Terra. Pg: 95).

Do ponto de vista da Legislação, o artigo 208º da Constituição Federal atribuiu ao Estado o dever de garantir ensino fundamental, obrigatório e gratuito, e em 1996 a emenda constitucional nº 14 assegura inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Fato que já inclui a garantia do ensino fundamental para os jovens e adultos.

Também é dada nova redação no que trata sobre o sistema federal de ensino e o dos Territórios, onde divide: o município priorizar ensino fundamental, os estados e o Distrito Federal priorizar ensino fundamental e médio. E define como papel dos Estados e Municípios formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Com a emenda constitucional nº 59 de 2009, o artigo 208º da Constituição Federal passou a ter a seguinte redação: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Em conjunto com a Lei 12.061 de 2009 que traz mudanças significativas na LDB, como a universalização do ensino médio gratuito e assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.

A LDB organizava a educação básica da seguinte maneira: educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade, o ensino fundamental iniciandose aos 6 (seis) anos de idade indo até os 14 (quatorze) anos de idade com objetivo a formação básica do cidadão, e o ensino médio com duração mínima de três anos que vai dos 15 (quinze) anos de idade até os 17 (dezessete) anos de idade com finalidade preparar para o trabalho e cidadania.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3o A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.[...] (BRASIL, Lei nº 9.394/1996).

Os conflitos dessa legislação são percebidos quando alunos acima de 14 anos que não concluíram o ensino fundamental no período regular, estão ingressando a partir dos 15 anos de idade na Educação de Jovens e Adultos, contrariando os princípios básicos dos ciclos vitais do ser humano, misturando adolescentes entre jovens e adultos. A LDB define a EJA conforme os seguintes artigos:

A partir da análise do parágrafo I do primeiro inciso do artigo 38º, que permite aos maiores de quinze anos ingressarem na Educação de Jovens e Adultos. Em 2013 foi instituído a lei nº 12.852 que dispõe sobre o Estatuto da Juventude, que considerada jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, e os casos de adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a lei nº 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa última lei citada considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos.

Ao unir o conceito dos dois estatutos é possível afirmar que o EJA também é uma educação de adolescentes. Fato distorce do foco EJA conforme a citação da LDB, educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional. No artigo 3º a LDB define educação profissional com objetivo

de integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Então o questionamento vai acerca de curso voltado para trabalhadores, se é realmente relevante para adolescentes entre 15 a 17 anos que frequentam as turmas de jovens e adultos.

Segundo PIAGET (1969) a idade de quinze anos ainda é classificado como criança, embora haja o desenvolvimento de uma moralidade de autonomia depende de um ambiente onde a criança possa desenvolver as regras construídas e incorporadas de maneira significativa pelo sujeito, permitindo que continue esse desenvolvimento na fase adulta.

Já segundo PAPÁLIA (2006), o período de adolescência dos 11 aos 20 anos de idade, define o desenvolvimento físico ocorre maturidade reprodutiva. Questões comportamentais, como transtornos alimentares e abuso de drogas, trazem importantes riscos à saúde. Desenvolvimento Cognitivo Desenvolve-se a capacidade de pensar em termos abstratos e utilizar o raciocínio científico. O pensamento imaturo persiste em algumas atitudes e em alguns comportamentos.

A educação se concentra na preparação para a faculdade ou para a vida profissional. Desenvolvimentos Psicossociais busca de identidade, incluindo a identidade sexual, torna-se central. Apresenta bom relacionamento com os pais e os grupos de amigos ajudam a desenvolver e testar o autoconceito, mas também podem exercer uma influência anti-social.

Segundo o MEC, através da publicação "Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação", aponta que Censo Escolar da Educação Básica identificou alunos que frequentavam os anos iniciais do ensino fundamental da EJA tinham idade muito superior aos que frequentam os anos finais e o ensino médio dessa modalidade. Outro fator a ser considerado nessa modalidade é o elevado índice de abandono, ocasionado, entre outros motivos, pela inadequação das propostas curriculares às especificidades dessa faixa etária. Toda a problemática apresentada pela pesquisa em Luziânia está traduzida nesses comentários da meta 10 do PNE, e que apresenta uma estratégia relevante a ser adotada:

O Plano Nacional de Educação (PNE), tem na meta 9 a erradicação (expressão inadequada) do analfabetismo até o final da vigência deste PNE, na meta 10 mensura sobre o objetivo do plano: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por

cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. O atendimento do que a meta prevê dependerá não só da superação de um problema crucial na educação brasileira, qual seja sanar a dívida histórica que o País tem com um número grande de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, como também impedir que este tipo de exclusão continue se repetindo ao longo do tempo. E ainda auxiliá-los a inserir no mundo do trabalho. Segue abaixo as estratégias da meta 10, para sua efetivação.

[...] fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância. (PNE, Estratégia 10.3)

Estratégias do Plano Nacional de Educação (2014/2024) referente à EJA: Na meta 9, destacamos o item 9.11, programar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assertivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

Temos como estratégias do PNE (2014-2024), 11 itens que tratam sobre: 10.1 - Formação profissional inicial; 10.2 - Nível de escolaridade do trabalhador; 10.3 - Atendimento a populações itinerantes, do campo, de comunidades indígenas e quilombolas; 10.4 - Atendimento a pessoas com deficiência; 10.5 - Rede física; 10.6 - Diversificação curricular; 10.7 - Material didático adequado; 10.8 - Formação inicial e continuada para trabalhadores articulam ao EJA; 10.9 - Assistência social, financeira e psicopedagógico; 10.10 - Atendimento às pessoas privadas de liberdade e 10.11 – Reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores.

Desse modo justificasse essa intervenção proposta nesse trabalho, cujas parcerias entre as esferas de ensino municipal, estadual e federal unidos e

cooperando entre si com oferta de vagas de EJA e cursos técnicos profissionais visando concretizar as transformações em forma de conquistas para os estudantes de EJAT que podem acontecer, através do acesso à educação e, assim, planejar melhor suas atitudes, pensamentos e ações para viverem melhor na comunidade onde residem, no seu local de trabalho ou em qualquer outro lugar que, por ventura, possam estar. Partindo dessa perspectiva, aumentando sua autoestima.

5. OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de transição entre a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores da rede municipal e rede federal, ou seja, a transposição entre o ensino fundamental, as primeiras letras, e a formação em nível médio integrado. Buscando intervir contra a exclusão forçada dos alunos que ingressam no primeiro segmento da EJA e do PROEJA. Entregar um projeto capaz de propor a integração do sistema de educação entre as esferas municipal, estadual e federal identificando o seu público-alvo e ofertando vagas de EJA integrados com cursos profissionalizantes.

5.1 Objetivos Específicos

- Organizar um evento que promova a integração das empresas com as Instituições de ensino de EJAT;
- Elaborar o modus operandi ⁵que registra e direciona os egressos da EJA para o mundo do trabalho;
- Verificar se a matriz curricular dos cursos EJAT e PROEJA promovem a inserção no mundo de trabalho no município de Luziânia;
- Realizar parcerias com empresas de estágio e emprego locais que ofertam vagas para as respectivas formações dos educandos da EJAT e PROEJA.
- Elaborar projeto capaz integrar toda a rede de ensino de educação básica de forma concomitante com cursos de Formação Iniciada e Continuada (FIC) e/ou na forma de currículo integrado.

⁵ é uma expressão em latim que significa "modo de operação". Fonte: http://www.dicionarioinformal.com.br/modus+operandi/

6. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

Esta pesquisa sobre a articulação e integração do sistema de ensino com foco na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT municipal e PROEJA federal resultou em uma proposta de intervenção capaz de unir as instituições de ensino acerca da formação e encaminhamento para o mundo do trabalho no município de Luziânia-GO.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas e pesquisa de campo. Uma dificuldade apontada pela pesquisa realizada pelo grupo, indica que o CEMEB não mantém vínculo ou projetos com os ex-alunos. Não se sabe ao certo a continuidade no 2° segmento EJA e a na inserção no mundo do trabalho. Porém, sabe-se, através dos educandos que, procuram a EJA para melhorar seu conhecimento no local de trabalho e relacionamento no próprio meio social em que vive.

A desconexão entre a divisão do ensino EJA entre município, estado e união apresenta um "gargalo social", já que não é possível identificar se o estudante que ingressa na alfabetização, no 1º e 2º segmento irá chegar até o PROEJA que finaliza o ciclo EJA com a formação no ensino médio, acrescida de curso técnico profissional.

A integração das instituições de ensino que atuam com EJA, pode promover através de um planejamento participativo, a articulação entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, buscando desenvolver e expandir as potencialidades do jovem e adulto trabalhador

A intervenção local proposta se divide em 4 etapas: levantamento da problemática de cada escola, planejamento de proposta de intervenção local conforme os resultados da pesquisa realizada na etapa anterior, execução de uma intervenção local que contempla as escolas durante o período letivo, e por último, a divulgação e análise dos resultados da intervenção local.

Na etapa da pesquisa, feito um levantamento baseada em respostas através de questionário aplicado, de uma turma EJAT 1º ciclo do CEMEB Joaquim Gilberto, localizado em Luziânia, para que o nosso grupo pudesse analisar os resultados com objetivo de identificar algum problema relacionado à Educação de Jovens e Adultos. As respostas analisadas foram apresentadas, conforme o quadro abaixo, na qual o grupo ponderou alguns comentários sobre os resultados obtidos.

Tabela 4– Perfil dos discentes que responderam questionário

Alunos	Idade (anos)	Sexo	Estado Civil
Aluno A	48	feminino	Viúva
Aluno B	38	masculino	Casado
Aluno C	56	feminino	casada
Aluno D	55	feminino	solteira
Aluno E	37	masculino	casado
Aluno F	43	masculino	solteiro

fonte: questionário em anexo, aplicado aos alunos do CEMEB Joaqui Gilberto

Assim, para cumprir os objetivos desta pesquisa, a seguir serão apresentados os dados construídos e suas respectivas análises. As questões de 1 a 3 tinham como objetivo analisar idade, sexo e estado civil. Conclui-se que todas têm entre 20 anos e 56 anos, três são do sexo feminino e três alunos do sexo masculino e três são casados, dois solteiros e um viúvo.

A primeira etapa realizada no IFG campus Luziânia, fez-se um levantamento do perfil socioeconômico dos discentes. Análise de relatórios do emitidos através do sistema do registro acadêmico, como: quantidade de turmas e educandos, quantidade de concluintes, relação de concluintes do estágio supervisionado obrigatório. Posteriormente, foram feitas entrevistas informais com alunos do curso do PROEJA que relatavam dificuldades na aprendizagem devido a uma linguagem muito técnica dos professores.

Conversas informais também com os técnico-administrativos e docentes, que apresentaram falha no projeto atual do curso, que tem duração de 7 semestre e tem carga específica mais teórica do que prática. Um determinado professor apresentou uma nova proposta de curso PROEJA com seis semestres, com carga horária e disciplinas mais práticas do que teóricas, flexibilidade de estágio com acumulação de horas durante participação dos projetos anuais com atividades práticas e multidisciplinares. Comentou sobre uma proposta de uma ferramenta para interação e publicação de informações para os egressos.

Já na segunda etapa, todo o planejamento realizado pelo grupo foi baseado no levantamento dos principais problemas das respectivas escolas. Dado início a uma vasta pesquisa acadêmica com referências sobre EJA, evasão, formação profissional, relação do trabalho versus sociedade. Em seguida, foi elaborada uma proposta capaz de ser realizada nas duas escolas com o objetivo de propor uma intervenção local nas duas escolas, por meio de um evento que possa incentivar os egressos do CEMEB para a continuidade dos estudos e conhecer a projeto do curso do PROEJA do IFG Luziânia. Além disso, seriam organizadas palestras e apresentações de empresas de estágio e emprego, que ofertam vagas na área de formação dessa modalidade de ensino.

A terceira etapa se resume na execução do evento, que traz uma proposta contínua e anual, para integração do ensino entre município, estado e união, e o encaminhamento para vagas de estágio e empregos com foco na relação dos trabalhadores EJA com o mundo do trabalho. As diversas atividades foram distribuídas entre os membros do grupo e com datas de início e fim para sua conclusão.

Meta do PNE	Meta do PEE	Situação do município	Meta definida para o PME
Meta definida para o PME	Estratégias do PNE para esta meta	Estratégias do PEE para esta meta	Estratégias do PME para esta meta

Figura 9 - Matriz 1 e 2 - Com Metas e Estratégias do plano municipal alinhadas ao PNE e ao PEE

Na última etapa todo o grupo se reuniu para analisar e publicar os resultados apontados com o projeto de intervenção local capaz de integrar toda a rede de ensino de educação básica de forma concomitante com cursos de Formação Iniciada e Continuada (FIC). Aplicando as seguintes matrizes: uma sugestão metodológica que pode facilitar a visualização de todo o trabalho seria construir matrizes como as sugeridas abaixo:

O Guia Pronatec de Cursos FIC⁶ foi elaborado pelo Ministério da Educação para direcionar a oferta dos cursos do Pronatec/Bolsa-Formação e vem sendo atualizado periodicamente, com o intuito de consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação. Nesta 3ª edição, foram incluídos 140 novos cursos, totalizando 644 opções diferentes, distribuídos em 13 eixos tecnológicos. Em seguida exemplos de cursos para o primeiro segmento EJA com escolaridade de ensino fundamental incompleto:

- AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Atua na vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde. Carga horária Mínima: 240 horas
- BALCONISTA DE FARMÁCIA Comercializa e atua na dispersão de medicamentos e correlatos. Carga horária Mínima: 240 horas
- BOMBEIRO CIVIL Atua em situações emergenciais em que se necessite de primeiros socorros. Carga horária Mínima: 210 horas
- AJUSTADOR MECÂNICO, Ajusta, repara e instala peças e equipamentos em conjuntos mecânicos e dispositivos de usinagem e controle de precisão.
 Carga horária Mínima: 160 horas
- OPERADOR DE TELEMARKETING Atende usuários, oferece serviços e produtos. Carga horária Mínima: 160 horas
- AUXILIAR DE COZINHA Auxilia o cozinheiro no preparo de alimentos e organização da cozinha. Carga horária Mínima: 160 horas
- GARÇOM BÁSICO Recepciona o cliente. Realiza venda de produtos gastronômicos. Carga horária Mínima: 200 horas
- SALGADEIRO, Prepara, confecciona e acondiciona diversos tipos de salgados tradicionais e finos. Carga horária Mínima: 160 horas
- OPERADOR DE COMPUTADOR Utiliza aplicativos de escritório e utilitários na edição de textos, elaboração de planilhas eletrônicas, apresentação de slides e compactação de arquivos. Carga horária Mínima: 160 horas

Alguns dos cursos citados já foram ofertados pelo IFG *campus* Luziânia em parceria com a subsecretaria de educação do estado de Goiás, com secretaria municipal de Valparaiso, com sistema prisional de mulheres de Luziânia, como

_

⁶ Acesso completo do Guia FIC: http://pronatec.mec.gov.br/fic/

mostra os editais ⁷publicados no site oficial do IFG, referente aos programas de governo Pronatec e Mulheres Mil ofertados desde 2012.

7. CRONOGRAMA

O período das atividades e da de conclusão do projeto de intervenção local "A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO", corresponde as tabela 5:

Tabela 5– Cronograma de Atividades do Projeto de Intervenção Local

Atividades	Responsável	Custo (R\$)	Data Prevista	Data Conclusão
Analisar casos de transformações sociais na vida dos discentes de Educação de Jovens e Adultos;	Membro do grupo		out/2014 a ago/2015	set/2015
Comparar as transformações sociais ocorridas com os discentes do CEMEB e IFG	Membro do grupo		ago/2015 a out/2015	set/2015
Verificar se a matriz curricular dos cursos EJAT e PROEJA promovem a inserção no mercado de trabalho.	Membro do grupo		dez/2014 a set/2015	set/2015
Visitar as instituições de ensino, entrevistar estudantes e funcionários, registrar fotos e vídeos do local.	Grupo		set/2015	set/2015
Planejar e organizar as atividades de intervenção local	Grupo		nov/2015	dez/2016

Fonte: planejamento dos membros do grupo 3.3 do Ctareja 2014/2015

8. PARCEIROS

- SME Secretaria Municipal de Educação (Luziânia-GO);
- CMEL- Conselho Municipal de Educação (Luziânia-GO);
- Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás.
- Instituto Federal de Goiás

_

⁷ Publicações Pronatec e Mulheres Mil no site do IFG http://www.ifg.edu.br/pronatecbf/editais-2015

9. ORÇAMENTO

Será sugerido para as Secretarias de Educação Municipal e Estadual e Instituto Federal de Goiás, que insiram no orçamento do ano de 2016 dotações para execução das atividades da Educação de jovens e adultos e anos posteriores referente em cumprimento ao planejado.

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Foi identificada conforme convocação para entrevista, ver Apêndice A, os discentes, com uma percepção de transformação biopsicossocial e profissional através do acesso ao 1º segmento da Educação de Jovens Adultos, cujo professor titular da turma, durante período letivo de 2013 a 2015. O projeto do curso contempla as disciplinas do 1º ao 5º ano, com duração de quatro semestres e ofertam 25 vagas por turma.

Além da formação e alfabetização, esses jovens e adultos compartilham das suas conquistas profissionais que despertam o conhecimento e sabedoria. Relatam situações de orgulho em realizar tarefas antes estimadas como impossíveis, foi o caso de uma educanda que exibia uma carteira de habilitação como se fosse um "troféu".

Fatores que caracterizam a liberdade, o entendimento do seu papel de cidadão perante uma sociedade democrática e capitalista que prioriza determinadas classes sociais através de acessos limitados e aos serviços públicos. Durante as aulas os debates sobre o cenário político e econômico atual refletem uma insatisfação dos representantes do governo. Questionam a ética, onde a justiça brasileira condena os pobres e absolve os corruptos.

Avaliamos os resultados da pesquisa por meio de uma entrevista realizada com alunos da EJA. Appolinário (2006) define pesquisa como um método, uma ferramenta ou procedimento que deseja levantar informações que falam sobre acontecimentos. A entrevista foi realizada a seis alunos do 1° segmento de EJA.

A entrevista realizada está composta de 11 questões sendo três de caracterização dos sujeitos, e oito questões abertas referentes ao tema. A realização da entrevista se deu de maneira tranquila durante um dia de aula. Todas as

entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Com avaliação qualitativa e quantitativa dos dados da pesquisa.

Diante disso, foi adotada uma metodologia pedagógica baseada nos princípios de Paulo Freire:

[...] a prática educativa libertadora, que valoriza o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha, o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites, a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança. (apud MELO, 2000)

Diante do exposto, será cobrada atitude dos entes responsáveis pela educação do país, através de propostas viáveis, decorrentes de pesquisas e de boa vontade de mudar a realidade da nossa educação. Estão documentados em lei os objetivos e as propostas que devem ser seguidas. Sabemos que o trabalho não é fácil, mas, todos os envolvidos com a educação devem ficar atentos as possibilidades de melhoria para nossos educandos. A efetivação da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores será efetivada através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas, criativas e dinâmica, comprometida com os valores da comunidade e auxiliando-os na vida pessoal, social e profissional.

REFERÊNCIAS

dezembro de 1996

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal, de. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1a. edição, 1994.

BRASIL. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne. Acesso em: mar de2015.

______. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de

CARVALHO, José Murilo de. **Metamorfose do Coronel**. Política Democrática. Revista de Política e Cultura, ano 1, n.o 1, jan.-abr. 2001, pp. 15-21.

FERRAZ. Alfabetização de Jovens e Adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra S/A.

GADOTTI, Moacir (org); ROMÃO, José (org). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

GILBERTO, Joaquim. 1973. "Evangelino Meireles no tempo e no espaço". In: Meireles, José Dilermando (org.). Evangelino Meireles: vida e obra. Conferências. Mimeo, p. 36-43.

JACINTO, Andréa B. M. **Do município à capital**: entre territórios e percursos de literaturas locais. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 307-330.

LUZIÂNIA. In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 36, p. 268-271. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_36.pdf. Acesso em: jan. 2015.

LUZIÂNIA. Plano Municipal de Educação - PME, 2015.

_____.Projeto Político Pedagógico - PPP, CEMEB Joaquim Gilberto, 2015.

____.Lei nº 2846/2005. Lei do Conselho Municipal de Educação, 2005.

MARX, Karl, **Manuscritos econômico-filosóficos**, O capital: crítica da economia política. (Col. Os Economistas). Trad: Regis Barbosa e Flavio R. Rothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. Apresentação de Jacob Gorender. São Paulo: Nova Cultural, Livro 1, Tomo 1,1985.

PAPÁLIA, Diane. et al **Desenvolvimento humano**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Trad. Dirceu A. Lindoso e Rosa Maria R. da Silva. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

PIMENTEL, Antônio. **Pela Vila de Santa Luzia ou fragmentos de um passado**. Luziânia: Gráfica e Editora Independência. 1996.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a Educação de Adultos.** São Paulo: Cortez, 1982.

ROCHA, Victor Vieira da. **O Poder Político no Município de Luziânia/GO**: A Trajetória das Famílias Tradicionais.

Se Liga no Futuro, para quem enxerga longe a oportunidade está bem perto. Luziânia-GO, abril/2014.

TORRIGLIA. P. L.; COSTA, R. M. Trabalho como princípio educativo na política de integração da educação básica com a educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos.. Trabalho apresentado no VII Coloquio Internacional "Teoría Crítica y Marxismo Occidental" Marxismo y violencia, Buenos Aires, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista

Caro (a) Aluno (a),

Eu, Venilton Lourenço Lisbôa Batista, atualmente Professor da EJA no CEMB Joaquim Gilberto, e gostaria de contar com sua participação para responder este instrumento de pesquisa que tem como foco analisar a Educação de Jovens e Adultos, incluindo também fotos, no Município de Luziânia – GO, verificando a modificação na vida dos seus participantes. Peço a gentileza de responder o questionário com clareza e objetividade. Informo que suas respostas serão tratadas com sigilo não havendo, portanto, a necessidade de identificação.

Atenciosamente,

VENILTON LOURENÇO LISBÔA BATISTA

50

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Idade: () 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 anos ou mais
3. Qual seu estado civil? () casado (a) () solteiro (a) () desquitado (a) () viúvo (a)
4. O (a) Senhor (a) Já havia frequentado a escola antes? Onde? Sim () Não ()
5. Por que o (a) senhor (a) não frequentou ou abandonou a escola?
6. O (a) senhor (a) deseja continuar a estudar? Se sim, até quando pretende continuar seus estudos?
7. E o que fez com que o senhor (a) voltasse a estudar?
8. O (a) senhor (a) acredita que sua vida mudou depois que o senhor (a) voltou a estudar? Por quê?
9. O (a) senhor (a) poderia citar algumas mudanças que ocorreram na sua vida após ter ingressado na escola?
10. O (a) senhor (a) acredita que sua vida continuará mudando para melhor se continuar estudando? Justifique sua resposta?

Apêndice B - Estrutura das Entrevistas

Apêndice C - Pesquisa de Campo

As questões de 1 a 3 tinham como objetivo analisar idade, sexo e estado civil. Conclui-se que todas têm entre 37 anos e 56 anos, três são do sexo feminino e três alunos do sexo masculino e três são casados, dois solteiro e um viúvo.

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos

Alunos	Idade	Sexo	Estado civil
Aluno A	48 anos	Feminino	Viúva
Aluno B	38 anos	Masculino	Casado
Aluno C	56 anos	Feminino	Casada
Aluno D	55 anos	Feminino	Solteira
Aluno E	37 anos	Masculino	Casado
Aluno F	43 anos	Masculino	Solteiro

Fonte: Pesquisa de campo.

Questão 4 – O (a) senhor (a) já havia frequentado a escola antes? Onde?

Sobre o questionamento sobre a frequência anterior o aluno C respondeu que nunca frequentou a escola. Os alunos A, B, D, E e F responderam que já estudaram na escola, sendo que o aluno A estudou no antigo trabalho em Brasília, o aluno B estudou no Maranhão, o aluno D no Maranhão o aluno E na Bahia e o aluno F na Bahia.

Segundo o PNE (ASSUMPÇÃO et al, 2009, p. 14), os públicos da Alfabetização de Jovens e Adultos são "todos os que não tiveram acesso na idade própria ou não o concluíram". Portanto de acordo com o PNE, as pessoas que não estudaram na idade esperada têm garantido por lei o direito de retomar seus estudos e, quando a pessoa passa a ser alfabetizada, torna-se um cidadão mais consciente de seus direitos e crítico, o que acaba melhorando sua qualidade de vida.

Questão 5: Por que o (a) senhor (a) não frequentou ou abandonou a escola?

Os alunos A, B, C, E e F não estudaram porque tiveram que trabalhar e o aluno D não estudou porque não houve interesse dele e seus familiares.

Quadro 2 - Frequência na escola

Aluno A	Não, estudei no antigo trabalho que oferecia alfabetização para os funcionários.
Aluno B	Sim, no Maranhão.
Aluno C	Não.
Aluno D	Sim, no Maranhão.
Aluno E	Sim, na Bahia.
Aluno F	Sim, na Bahia.

Fonte: Pesquisa de campo.

A evasão é uma constante no ambiente educacional. São vários motivos, desde a falta de motivação pessoal à falta de estímulo por parte do profissional da educação.

Quadro 3 - Frequência na escola

Aluno A	Não frequentei a escola, porque tive que trabalhar.
Aluno B	Para trabalhar com o Pai.
Aluno C	Fui obrigada a trabalhar muito nova.
Aluno D	Falta de interesse mesmo.
Aluno E	Para poder trabalhar.
Aluno F	Para poder trabalhar.

Fonte: Pesquisa de campo.

Questão 6: O (a) senhor (a) deseja continuar a estudar? Se sim, até quando pretende continuar seus estudos?

O aluno B disse que quer estudar até terminar os estudos, os alunos A, E e F até quando puder e C e D até onde conseguir. Pinto (1982) acredita na real motivação da continuidade do ensino de EJA. Fala a respeito da grande necessidade do educador em motivar os seus alunos, para que os mesmos continuem estudando e não evadam.

Quadro 4 – Continuação dos estudos

Aluno A	Sim, até quando der.
Aluno B	Sim, até conseguir terminar os estudos.
Aluno C	Sim, até quando der.
Aluno D	Sim, até quando der.
Aluno E	Sim, até quando eu puder.
Aluno F	Sim, até quando eu puder.

Fonte: Pesquisa de campo

Questão 7: E o que fez com que o senhor (a) voltasse a estudar?

Muitos motivos foram apontados pelos alunos EJAT do CEMEB, conforme quadro abaixo:

O aluno A respondeu que a solidão, após o falecimento do marido e por ficar sozinho em casa, o aluno B para melhorar no seu trabalho e ocupar uma posição melhor na sociedade, o aluno C para aproveitar as oportunidades no emprego e o incentivo do marido, o aluno D respondeu pelo interesse de aprender e aproveitar das tecnologias existentes, os alunos E F responderam que voltaram a estudar para adquirirem uma melhor qualificação no trabalho.

Segundo Pinto (1982), a educação é um processo de mudança, e representa a própria mudança do ser humano em relação a si mesmo ou em relação ao lugar em que

vive o que pode explicar a vontade dessas pessoas serem alfabetizadas para que, assim, possam melhorar sua qualidade de vida.

Quadro 5: Volta à escola

Aluno A	A solidão, depois que meu marido faleceu e por ficar em casa sozinha
Aluno B	Pelo meu trabalho, para ocupar uma posição melhor na sociedade.
Aluno C	Para aproveitar as oportunidades no emprego e o incentivo do marido
Aluno D	Mais o interesse de aprender e me familiarizar com as tecnologias existem.
Aluno E	Melhorar minha qualificação e um emprego melhor.
Aluno F	Pela necessidade no trabalho de ler plantas e mapas.

Fonte: Pesquisa de campo

Questão 8: O (a) senhor (a) acredita que sua vida mudou depois que voltou a estudar? Por quê?

Todos os alunos responderam que suas vidas mudaram depois de começarem a estudar, sendo que o aluno A respondeu por que conheceram pessoas, novas amizades e o aprendizado melhorou, o aluno B disse que em tudo: na convivência com a família e com as outras pessoas, o aluno F disse que ajudou na sua independência, quanto às atividades do dia a dia, os alunos C e E disseram que melhorou na escrita e leitura e o aluno D disse que é muito bom aprender e saber das coisas.

Na ótica de Pinto (1982), a educação é um processo de mudança e representa a própria mudança do ser humano em relação a si mesmo ou em elação ao lugar em que vive.

Portanto, nota-se que os alunos em questão puderam conquistar vários objetivos almejados em sua vida.

Quadro 7: Mudança na vida dos alunos

Aluno A	Conhecer pessoas, mais amizades e meu aprendizado melhorou.
Aluno B	Sim em tudo, no convívio com minha família e com as outras pessoas.
Aluno C	Agora fixo melhor o que aprendo na leitura e no que me explicam.
Aluno D	Sim, é muito bom aprender e saber.
Aluno E	Sim, aprendi a ler e escrever.
Aluno F	Sim, saco dinheiro no banco, pego ônibus sozinho e preencho bilhete: passagens.

Fonte: Pesquisa de campo

Questão 9: O (a) senhor (a) poderia citar algumas mudanças que ocorreram na sua vida após ter ingressado na escola?

Os alunos A e D responderam que os seus conhecimentos e a aprendizagem melhoraram e o aluno B respondeu que melhorou em tudo principalmente em relação a sua convivência no meio social, pois se sente mais à vontade para conversar com outras pessoas, o aluno C diz ler melhor e até foi aprovado na prova escrita do DETRAN, o aluno E ler melhor e escreve e o aluno F se sente mais independente em seu dia a dia.

Quadro 8: Exemplos de mudanças

Aluno A	Melhorei meu conhecimento e aprendizagem.
Aluno B	Melhorei em tudo: converso melhor com as pessoas e leio.
Aluno C	Fui aprovada na prova escrita do DETRAN.
Aluno D	Desenvolvi meus conhecimentos.
Aluno E	Leio melhor e escrevo.
Aluno F	Leio o nome de ônibus, preencho bilhete de passagem de ônibus. Sinto-me independente.

Fonte: Pesquisa de campo

Segundo Freire (1986), a educação representa mudança na qualidade de vida dos seres humanos e afirma que, Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desfio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio.

O homem está no tempo e abre uma janela no tempo: dimensiona-se, tem consciência de um ontem e de um amanhã. (p. 30-31). É necessário que todo ser humano tenha uma educação formal de qualidade para poder ter acesso não somente ao mundo letrado, mas para poder libertar-se, aprender a questionar cobrar, idealizar seus sonhos, se sentir valorizado e inserido na sociedade em que vive, tendo, as mesmas chances de trabalho que os demais da sociedade.

Questão 10: O (a) senhor (a) acredita que sua vida continuará mudando se continuar estudando? Justifique sua resposta.

Todos os alunos responderam que acreditam que suas vidas poderão continuar mudando se continuarem a estudar. O aluno A quer continuar os estudos para melhorar no mercado de trabalho e também fazer um curso de informática, o aluno B quer continuar, pois pretende ser bem educado e educar bem seus filhos, o aluno C e E quer continuar a ler a Bíblia, escrever cartas e endereços, o aluno D disse que a aprendizagem causa transformações e o aluno F respondeu que era cego, agora que enxerga quer enxergar melhor.

Quadro 9: Perspectiva

Aluno A	Sim, melhorar no mercado de trabalho, me comunicar melhor e fazer um curso de informática.
Aluno B	Sim, quero ser bem educado para melhor educar meus filhos.
Aluno C	Sim, leio a Bíblia, mandar cartas e escrever endereços.
Aluno D	Sim, a aprendizagem causa transformações e quero melhorar sempre.
Aluno E	Sim, quero ler a Bíblia na Igreja e melhorar no meu trabalho.
Aluno F	Sim, era cego, agora estou enxergando e enxergarei melhor.

Fonte: Pesquisa de campo.

Na ótica de Gadotti; Romão (2003, p. 31), "os jovens e adultos lutam para superar suas condições de vida". Pode-se notar que, quando se fala na EJA, fala-se de planos e sonhos traçados por essas pessoas com objetivos de serem alcançados.

ANEXOS

Anexo A - Projeto Político Pedagógico do CEMEB Joaquim Gilberto

A criação do PPP teve a participação da comunidade escolar. Segundo o diagnóstico, na comunidade em que a escola está inserida, há relatos de vários tipos de violência. A inserção da comunidade na escola se dá através de projeto como: Maria da Penha, apresentação de vídeos contextualizados sobre violência doméstica, bullyng, onde se trabalha o respeito ao próximo, palestras com policiais sobre drogas, principalmente pelo bairro apresentar um alto índice em relação ao uso de drogas, entre outros.

Nota-se que grande parte dos pais trabalha fora e que quando os alunos não estão na escola são cuidados por seus irmãos mais velhos ou familiares. Há também na comunidade índice de carência biopsicossocial, porém não se aplica a todos os alunos.

A comunidade apresenta um aspecto peculiar em relação ao seu envolvimento na unidade escolar. Normalmente a participação dar-se através das solicitações da comunidade escolar, ou seja, sendo condicionadas as participações de cunho obrigatório (reuniões bimestrais, convocações e eventos).

A família e a escola são parceiras fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreça o sucesso escolar e social das crianças.

JUSTIFICATIVA / MISSÃO

Projeto Político Pedagógico do centro Municipal Básico Joaquim Gilberto, está em conformidade às reais condições da instituição e atenta à diversidade e as necessidades da comunidade escolar em que está inserida.

Em consonância com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9394/96, assegura em seu artigo 2° que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo par o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tendo em vista que a comunidade escolar apresenta caráter rotativo, há número considerável de desistência - portanto, uma grande preocupação com a demanda e o bom desempenho acadêmico a ser desenvolvido durante o ano letivo de 2014. Com esta preocupação o Projeto Político Pedagógico propõe a prática de

uma gestão democrática e participativa, fazendo-se necessário a compreensão de todos num compromisso verdadeiro aos objetivos nessa forma de gestão.

Assim Luck (2002) esclarece que a gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa dos funcionários de organização no seu processo decisório. Em organizações democraticamente administrativas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente as necessidades da clientela.

Ao nos referirmos às escolas e aos sistemas de ensino, o conceito gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola na melhoria do processo pedagógico.

O atendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado com pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto, Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associada, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por um a vontade coletiva. (LUCK, 2002). O Projeto Político Pedagógico da nossa escola norteia-se, também de acordo com abordagem expressa nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Para isso faz-se necessária uma proposta educacional em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. Um ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente se expressa aqui como a possibilidade do sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais-políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira que considere os interesses e as motivações dos alunos garantam as aprendizagens essenciais para formação de cidadãos autônimos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Precisamos nos adequar à realidade da escola, dos alunos, incentivar e criar condições a aprendizagem, e que esta seja significativa à vida do aluno, desenvolvendo projetos e realizando ações e integrando a tão necessária parceria escola-comunidade, sendo necessária a conscientização da comunidade escolar de seu papel fundamental na realização de processo de ensino aprendizagem. É papel do Estado, investir nas escolas, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens no processo democrático, mantendo o acesso à educação de qualidade a todos.

O CEMEB Joaquim Gilberto (Centro Municipal de Educação Básica Joaquim Gilberto) tem como missão oferecer a comunidade local um ensino de qualidade, buscando estratégias diferenciadas para que a nossa clientela colabore de forma crítica e participativa contribuindo na prática dos valores éticos, políticos e sócios culturais, promovendo um ambiente criativo e inovador, buscando diminuir o número de reprovação e evasão escolar.

Esse Projeto Político Pedagógico está voltado à integração e adaptação, do corpo docente e discente, assumindo então o compromisso e responsabilidade de oferecer a cada dia um ensino significativo e de qualidade. Essa "aprendizagem depende de uma motivação, isto é, o aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender". Cabe a escola e a família, despertar no aluno o interesse pela aprendizagem.

CEMEB JOAQUIM GILBERTO

Quadro de Alunos

Matutino	N° de Alunos	Vespertino	N° de Alunos	Noturno	N° de Alunos
Inclusão	05	Inclusão	06	EJA	16
1°, 2°, 3°	233	1°, 2°, 3°	269	EJA	27
4°, 5°	226	4°, 5°	193		
Total	464	Total	468	Total	43

Fonte: secretaria do CEMEB Joaquim Gilberto

Uma vez que elaborado de forma democrática e com a participação da comunidade escolar, ressalta-se a importância da responsabilidade dos pais e responsáveis na vida escolar dos filhos, bem como a parceria escola/família, para que os alunos tenham maior desempenho nas atividades acadêmicas e sociais, estabelecendo assim, um elo de confiança entre escola e comunidade, para que ambas desempenhem seu papel como instituição, consciente de sua missão formadora numa sociedade cada vez mais exigente e ao mesmo tempo omissa no cumprimento de seus deveres. No entanto reafirma-se que a escola precisa ser um local estimulador e inovador para todos aqueles que participam deste processo.